

## Por influência global, Brasil se une à ONU em agência pró-distribuição de renda

(Maurício Savarese)

Diplomata indiano Rathin Roy

Ele é diretor do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), sediado em Brasília

O protagonismo que o Brasil visa exercer no cenário global criou a primeira "joint venture" com as Nações Unidas: o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Sediado em Brasília, o órgão quer funcionar como um "think tank" que una experiências de distribuição de renda em todo o mundo para cimentar políticas públicas de países pobres e em desenvolvimento.

Antes chamado de Centro Internacional de Pobreza, o IPC-IG é uma parceria entre a ONU e órgãos brasileiros, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Ministério das Relações Exteriores. Focado nas relações Sul-Sul, tem como meta "expandir o conhecimento e a capacidade dos países em desenvolvimento de projetar, implementar e avaliar políticas eficientes para a conquista de alto crescimento com inclusão".

Há quatro meses em Brasília na coordenação, o diplomata indiano Rathin Roy diz que o fórum servirá não apenas para o Brasil, mas principalmente para o resto do mundo. "Assim podemos chegar à cúpula do G20 não apenas para dizer 'não'. Diremos 'não queremos o que vocês, ricos, oferecem e temos estas alternativas'", disse ele ao UOL Notícias.

A ONU diz que a criação do centro no Brasil integra um processo de descentralização do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O PNUD, com sede em Nova York, está presente em 166 países e trabalha com governos, sociedade civil e empresas privadas na criação de soluções para desafios nacionais.

Ex-funcionário do governo indiano e da ONU em Nova York e professor de Economia em universidades britânicas, Roy avalia que Brasil, Índia e China são os países com políticas mais sólidas para redução da desigualdade social nos últimos anos. O centro que coordenará por pelo menos três anos ajudará a divulgar globalmente iniciativas que, no caso brasileiro, ainda são criticadas.

"Aqui há o Bolsa Escola, que virou Bolsa Família e trouxe inédita redução da desigualdade. Os indianos conseguiram um efeito parecido com uma agressiva de política de emprego. Os chineses melhoraram muito por conta do Oeste, desconcentrando o investimento. Esses países, além de outros, como Indonésia e África do Sul, têm experiências para compartilhar", diz.

Dados da FGV (Fundação Getulio Vargas) apontam que, nos últimos anos, quase 20 milhões de brasileiros ascenderam para a classe C, com renda entre R\$ 1.065 e R\$ 4.500 mensais. Apesar disso, o país tem quatro cidades entre as mais desiguais do mundo, segundo a ONU: Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte e Brasília, logo atrás de três municípios sul-africanos, que lideram a lista.

Irreversível

"No caso do Brasil, mesmo com as críticas de alguns setores, não há como ignorar o Bolsa Família", afirma Roy. "Com 1% do PIB, o Brasil mostrou ser possível mover profundamente a base da sociedade. Isso não é questão eleitoral, é fato. Os próximos presidentes do Brasil não terão como simplesmente removê-lo, porque ele, assim como outros aplicados no mundo, traz resultados e é eficiente."

Autor do livro "Espaço Fiscal: opções de políticas para financiar o desenvolvimento humano" (em tradução livre), o indiano diz que Brasil, China e Índia – apesar de manterem profundas diferenças sociais – suportaram a crise financeira mundial por terem criado "colchões econômicos baseados em distribuição de renda".

"Se o centro promover esse diálogo com qualidade, criaremos uma alternativa ao G8, cujo modelo foi manchado por tudo que aconteceu. Se chegarmos com mais propriedade aos fóruns globais, nós, emergentes, geraremos avanços irreversíveis", afirmou ele. "Entre cinco e dez anos, a inclusão será um critério importante para avaliar governos e para dar legitimidade nos debates internacionais."



UOL Notícias quer saber sua opinião também:

Você acha que Lula tem as qualidades para ser secretário-geral da ONU?

Para o diplomata, o protagonismo brasileiro também é irreversível, embora considere que após as eleições de outubro, “a comunidade internacional passará algum tempo pensando se a disposição de se abrir era algo particular ao presidente Lula ou se será algo do Brasil”. Os favoritos são o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), crítico do Mercosul, e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), menos experiente em foros internacionais.

Em meio a rumores de que o presidente Lula teria apoio de outros países para se candidatar a secretário-geral das Nações Unidas em 2011, Ray afirma que esse tipo de pleito só será respaldado pela comunidade internacional se o Brasil acelerar a inclusão e diminuir o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. “Para se tornar uma referência verdadeira, o país tem de aumentar o crescimento inclusivo nos próximos anos. O atual momento foi bom para os principais emergentes, mas ainda falta muito.”

Um termômetro do prestígio do país na redução da desigualdade, diz Roy, virá em abril, nos dias 12 e 13, quando brasileiros, indianos e sul-africanos debatem o assunto em Brasília.